



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16997 - Resumo Expandido - Trabalho - 16ª Reunião Científica Regional da ANPEd - Sudeste (2024)
 ISSN: 2595-7945
 GT 08 - Formação de Professores

POLÍTICAS PARA O ENSINO REMOTO E DOCÊNCIA NA PANDEMIA

Mônica Pereira dos Santos - UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
 Lidiane Moraes Buechen Lemos - UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
 Quezia Alves Martins - UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
 Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPq, CAPES e FAPERJ

POLÍTICAS PARA O ENSINO REMOTO E DOCÊNCIA NA PANDEMIA

O presente estudo é um recorte da dissertação de uma das autoras deste trabalho. Objetivou levantar as políticas públicas de educação da Argentina e do Uruguai no que tange ao Ensino Remoto ocasionado pela pandemia da COVID-19 e compreender seus impactos na docência.

É um estudo qualitativo por considerá-lo “um tipo de conhecimento que tem como matéria prima opiniões, crenças, valores, representações, relações e ações humanas e sociais sob a perspectiva dos atores em intersubjetividade” (Minayo, 2012, p.626). Também é comparativo (Schneider e Schmitt, 1998) ao buscar identificar as similaridades e divergências entre as políticas educacionais de 2 países sul americanos. E é uma pesquisa documental (Cellard, 2008) por nos permitir observar o processo de evolução de políticas públicas.

Para análise dos dados utilizamos da perspectiva Omnilética (Santos, 2013) que é um processo de contínua reflexão-ação e contempla 5 dimensões para compreendermos os processos humanos. Nessa perspectiva observamos dimensões culturais (valores, em geral), políticas e práticas em interjogo tal que, ao se constituírem em totalidades de totalidades (Lukács, 2003), por vezes entram em relação contrária entre si (Cirne-Lima 2014), a ponto de excluírem-se, e outras vezes, se apresentam em relação de complementaridade. Estas relações dialéticas apontam para respostas provisórias e historicamente situadas; confiáveis em dado

momento, mas em outros não, evidenciando o navegar pelas incertezas (Morin, 2008).

Na Argentina, a primeira política voltada para o Ensino Remoto foi implementada em 16 de Março de 2020 através da Resolução N° 106/20, em conjunto com a suspensão das aulas presenciais: o Programa “Seguimos Educando”, que visou a produção de materiais pedagógicos compartilhados através de um sistema multiplataforma, como televisão, rádio, cadernos educativos, além do seu próprio site.

Em 25 de julho, outro Programa foi elaborado sob a Resolução N° 369/20: “Programa Acompanhar: pontes de igualdade”, que apresentou a política educacional desenvolvida pelo Estado para garantir a continuidade das práticas educacionais e teve por objetivo promover a retomada das atividades presenciais. O Programa contou com uma campanha massiva de difusão, a fim de evitar a evasão escolar.

Apesar da criação das políticas no início da pandemia, os professores não viram grandes efeitos na prática pedagógica, o que impactou sua saúde mental:

Compartilhamos muitas angústias. Trabalhamos doentes, tive coronavírus e não parei de trabalhar naquela semana. Há uma superexploração e autoexploração do professor e na pandemia vimos aquela necessidade do não posso parar, não temos que parar, temos que continuar e o pouco reconhecimento do trabalho docente (...) Foi muito difícil, muito complexo e só um colega conseguia entender a nossa angústia, nem nossos familiares conseguiam entender o que estava acontecendo conosco. Não conseguiam entender o que era estar diante de um celular ou tela de computador todo dia corrigindo, enviando áudios com conteúdo a qualquer hora. As mensagens dos alunos chegavam a qualquer hora do dia, madrugada, final de semana, feriado... (Professora L. Reunião 23-04-2021)

Nota-se que as políticas foram pensadas para contemplar o currículo escolar, desconsiderando as barreiras ocasionadas pela doença, falta de recursos e formação para utilizar as tecnologias educacionais, o que nos remete a políticas, culturas e práticas excludentes para com o próprio professor, em que pese a intenção de priorizar os estudantes ser louvável. Desse modo, o desafio enfrentado pelos professores na transição do ensino presencial para o remoto, com recursos tecnológicos e plataformas digitais que não fizeram parte da sua formação, gerou um aumento da sua jornada diária e, conseqüentemente, sobrecarga de trabalho. Diante desse cenário de mudança repentina e emergência sanitária, os docentes passam a caminhar por vias de insegurança e incerteza quanto às suas próprias vidas e profissões ao se sentirem explorados, desvalorizados e enfrentarem problemas de adoecimento e esgotamento mental.

Já no Uruguai, o país se destacou pelas suas já existentes políticas de inclusão digital. Durante a pandemia:

As políticas educacionais promovidas pelo Uruguai durante o período de suspensão do atendimento presencial se concentraram nas seguintes áreas: "modelos de currículo e gestão", "docentes" e "políticas de fortalecimento". Em relação ao foco "modelos curriculares e de gestão", destacam-se o programa "Educação em casa" e o "Plano para o início do ano letivo de 2021". Em relação às "políticas de fortalecimento", destacam-se as seguintes iniciativas: "Ceibal en casa", "Cultura en casa" do Ministério da Educação e Cultura, "Tiempos de Aprender y C+", propostas conjuntas da ANEP, Canal 5 do Uruguai e o Plano Ceibal. O "Ceibal en casa" foi identificado

como tendo componentes para o trabalho dos professores no período analisado (Unesco, s/d, p.8).

O Plano Ceibal é um projeto que existe desde 2007 e foi a base da educação em tempos de pandemia mesmo que não tenha sido planejado para atender às particularidades do ensino remoto. Trata-se de uma política que proporcionou a cada criança e professor de escola pública um notebook e capacitou os profissionais no uso de recursos tecnológicos com fins educacionais. Apesar da descontinuidade do plano com a mudança de governo em 2015, a política ainda se mostrou bastante significativa e consolidada no país, auxiliando professores e alunos no período das aulas remotas.

Acho que também não uso a plataforma e todas as páginas .edu que são educacionais. Isso [Plano Ceibal] é desde antes, desde o último governo. Não é o sucesso das autoridades educativas. O sucesso é o motivo pelo qual ensinamos as crianças. As autoridades não fizeram nada aqui, nada! Eles não nos deram apoio em nada! (Professora C. 2021-09-13)

Observamos que, apesar da existência do Plano Ceibal como um recurso educacional digital já utilizado no país, e da criação de políticas para atender às demandas do ensino remoto, contrariamente, os professores não receberam apoio e formação suficientes para dar continuidade ao processo educativo nesse formato. Foi incumbido aos docentes a responsabilidade de elaborar estratégias e de utilizar o Plano Ceibal para manter as práticas pedagógicas. Este contexto gerou aumento da carga laboral e o sentimento de frustração nos professores.

Assim, compreendemos que política não é sinônimo de inclusão. Para que políticas incluam o docente, é necessário que esteja articulado com culturas e práticas em um constante jogo dialético e complexo.

Palavras-chave: Tecnologias; Políticas Educacionais; Ensino Remoto; Perspectiva Omnilética.

REFERÊNCIAS

- CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: *enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, Vozes, 2008.
- CIRNE-LIMA, Carlos. *Dialética para Principiantes*. Editora Unisinos Coleção Idéias 5. 2014.
- LUKÁCS; György. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade*. Ciência & Saúde Coletiva, 17(3):621-626, 2012.
- MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. Lisboa: Instituto Piaget. 2008, 5a. ed.
- SANTOS, Mônica Pereira dos. *Dialogando sobre inclusão em educação: contando casos (e descasos)*. Curitiba: CRV, 2013.

SCHNEIDER, Sergio; SCHIMITT, Cláudia Job. *O uso do método comparativo nas Ciências Sociais*. Cadernos de Sociologia, Porto Alegre, v. 9, p. 49-87, 1998.

U N E S C O . P E R F I L D O P A Í S : Uruguai. Disponível em:
<<https://siteal.iiep.unesco.org/pt/pais/educacion-pdf/uruguay>> Acesso em: 28/07/2024

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001; FAPERJ e CNPq.